

pão e cravos

jornal dxs jovens do bloco
nº10 Maio/Junho 2017

Nesta edição:

GUIA PARA UM MUNDO LABORAL SEM DIREITOS



Para estudar temos
de ter onde viver
João Rodrigues
Tiago Costa Carvalho

Universidades-Fundação:
Nós dizemos NÃO
Mariana Garrido
Diogo Barbosa

A Coordenadora Nacional
de Jovens apresenta-se:
Texto da CNJ

A cidade
contra o olimpo
Ricardo Gouveia

ÍNDICE

página 2 // Editorial

página 3 // A Coordenadora Nacional de Jovens Apresenta-se

página 4 // Para estudar temos de ter onde viver

página 5 // Universidades-Fundação: Nós dizemos não.

página 6 // Guia para um mundo laboral sem direitos

página 8 // A cidade contra o olimpo

página 9 // Críticas culturais

página 10 // Breves

página 11 // Agenda

EDITORIAL

Olá camaradas, somos trabalhadorxs, eles não conseguiram fazer-nos esquecer.

Chamam-nos “colaboradores”, “empreendedores”, “estagiários”, porque querem fazer-nos crer que ser-se trabalhador é um privilégio. Que ter um contrato sem termo, que ter um salário decente, férias pagas, ser pagos a horas, fazer descontos para a segurança social, que exigir segurança, é um privilégio. Aproveitam-se da nossa fragilidade, do nosso medo do desemprego, que neste momento afeta um em cada quatro jovens, para nos encostar cada vez mais à parede, para apelidar cada vez mais coisas de privilégios: a paz, o pão, a habitação, a saúde, a educação. Sabemos que a crise e a austeridade nos afetaram a todxs mas fizeram-no à nossa geração em particular. O futuro, para a nossa geração, já não quer dizer a mesma coisa. A forma como projetamos as nossas vidas tornou-se ela própria precária, a incerteza tornou-se o denominador comum da nossa geração. Trabalhamos a prazo e vivemos a prazo. Não temos dinheiro para estudar mas continuamos cada vez mais presas à ideia de que só com um curso superior conseguimos ter acesso a um emprego decente, que nos permita ser independentes e sustentar-nos a nós próprias, enquanto as universidades se transformam em fundações com empresas privadas representadas nos seus órgãos de gestão. Para além disso, a elitização das escolas e do ensino continua a desfavorecer xs estudantes mais pobres, perpetuando o círculo vicioso que permite que os muito ricos vivam acima das nossas possibilidades. Querem fazer-nos crer que esta é a forma inevitável de sairmos da crise, porque baixar salários aumenta a nossa competitividade no exterior, esquecendo convenientemente que a austeridade só nos insere numa crise ainda maior: a do desemprego, da po-

breza, da falta de proteção social, da degradação da nossa saúde e da nossa educação.

O mundo não muda se não formos nós a mudá-lo e temos armas poderosas à nossa disposição. A nossa arma é a consciência do valor do nosso trabalho – ou o não-trabalho: a greve. A nossa arma é a união: se todas as pessoas exigirem o pleno cumprimento dos seus direitos, a ameaça do despedimento perde a força. Não temos nada a perder a não ser os nossos contratos a prazo, os nossos recibos verdes, as nossas propinas exorbitantes, o nosso salário mínimo, o nosso desemprego. Na rua, nas escolas, nos trabalhos, nos call centers, há sempre uma alternativa que nos permite recuperar a voz: o coletivo. Quando nos juntamos, quando nos organizamos em movimentos, perdemos a fragilidade que permite que nos encostem à parede, que exijam cada vez mais de nós pagando-nos cada vez menos.

Neste jornal, queremos amplificar as vozes que se levantam contra a exploração, mas também as que se levantam contra a ideia de que estudar é uma mercadoria e contra a especulação que nos expulsa das nossas cidades, que nos lembram que há sempre uma alternativa. Queremos amplificar o coletivo que resulta da união destas vozes e fortalecê-lo, permitindo que chegue a mais pessoas e a muitas mais vozes.

Aqui está a nossa arma para vos servir.

Notas:

As frases em destaque são excertos da música “FMI” do José Mário Branco.

Este texto foi escrito com plurais inclusivos.

A COORDENADORA NACIONAL DE JOVENS APRESENTA-SE:

A Conferência Nacional de Jovens do Bloco, ocorrida em Coimbra nos passados dias 18 e 19 de março, elegeu a nova Coordenadora Nacional de Jovens (CNJ), que terá um mandato preenchido e desafiante à sua frente.

Estamos como em anos anteriores atentos à temática da Educação em Portugal. Tal como no passado, estamos dispostxs a promover equipas alargadas para disputar AEs e a integrar coletivos e movimentos pelas causas que mais nos tocam, sem no entanto monopolizar essas estruturas. No Básico e Secundário, defenderemos a gestão democrática das escolas, a revisão de programas pedagógicos e a concretização prática da Educação Sexual. No Superior, a luta é árdua e cheia de obstáculos: estamos presentes na defesa do fim das propinas, no combate ao modelo fundacional e reivindicaremos o reforço da Ação Social: só existe autonomia com mais investimento público.

Após olhar para a Educação, não podemos esquecer o tema da Saúde. O Serviço Nacional de Saúde português é uma das “galinhas de ovos de ouro” das quais o nosso país se pode orgulhar. Contudo, o SNS não é imune a perturbações de ordem neoliberal. Por este motivo, a CNJ manter-se-á firme na defesa de uma saúde pública, gratuita e universal – sem exclusões de qualquer tipo – e onde o combate às PPP é central.

A CNJ estará também na linha da frente do combate à precariedade e da luta do direito ao emprego e emprego com direitos. É necessário recuperar poder negocial para os trabalhadorxs, rejeitar as chantagens, os estágios sem saída e as promessas por cumprir. A força do Bloco, que impôs ao Governo um Programa de Regularização dxs Precárix do Estado foi um passo importante. Cá estaremos para garantir que ele salta do papel para a ação.

Sublinhamos convictamente a importância das lutas feministas e LGBTQIA+, que sempre continuarão a ter relevância, enquanto houver misoginia, homofobia, transfobia. Almejamos multiplicar espaços abertos de discussão sobre estes temas, à imagem do que já ocorreu na Conferência Nacional. O próximo passo será replicar e desenvolver este mesmo espaço já no próximo Inconformação!

O mesmo poderá ser dito sobre o racismo. A ascensão da extrema-direita xenófoba a que assistimos não

pode passar impune. Abrir, hoje, um debate sério sobre a legalização de imigrantes é promover uma política que, ao invés de dar ouvidos à ascensão dos discursos mais conservadores, abre fronteiras.

A luta contra o conservadorismo tem outras frentes. Vamos lutar por uma nova política para as drogas, onde a legalização da cannabis está no centro da proposta política, para a qual queremos a legalização para usos recreativo e medicinal, de modo a que este seja mais seguro e informado e se afaste das redes criminosas de tráfico.

A nossa luta, como não poderia deixar de ser, é também ecossocialista. O mundo não tem de ser tratado como matéria-prima ao serviço de interesses lucrativos. Rejeitamos as narrativas interessadas de que o aquecimento global é uma mentira e estaremos presentes nas ações contra a central de Almaraz e nas Marchas pelo Clima.

Esta é a nova CNJ. Uma coordenadora plural, composta tendo em conta a paridade de género, e geograficamente diversa, que pretende ser o mais representativa possível dxs jovens que integram o Bloco. Neste sentido, pretende-se que esta CNJ tenha cada vez mais capacidade mobilizadora, para envolver todxs xs jovens nas lutas todas.



Conferência Nacional de Jovens

PARA ESTUDAR TEMOS DE TER ONDE VIVER

João Campos Rodrigues
Tiago Costa Carvalho

Hoje em dia, é cada vez mais difícil ser estudante. Não só pela barreira fixa das propinas, mas também pelos custos variados associados a estudar. Tudo isto num cenário em que as bolsas são cada vez menos e mais insuficientes, pouco mais que uma miragem para nos distrair do facto que estudar não é para todxs. Estudar não implica, sobretudo para quem não vive na região onde estuda, apenas pagar propinas. Implica materiais de estudo, deslocações locais, deslocações a casa, caso se planeie manter laços familiares, alimentação e, finalmente, implica alojamento. Tudo isto é um peso para o agregado familiar e/ou implica a dificuldade acrescida de se ser trabalhador-estudante. Está em curso um processo deliberado de elitização do ensino superior. Aquilo que deveria ser um direito básico, uma caminhada em igualdade de circunstâncias, torna-se numa corrida de obstáculos para toda a juventude trabalhadora. No que toca à questão da dificuldade de acesso à habitação estudantil, é importante notar que este problema não é isolado do processo de gentrificação acelerada por todo o país. Por exemplo, no caso de Lisboa, onde esse processo é mais notório, a UL (Universidade de Lisboa) tem sobre a sua alçada 20 residências, destinadas sobretudo a estudantes bolseirxs. No entanto, apenas 7 destas residências são propriedade da Universidade. Todas as restantes são alugadas a terceiros, desde senhorios privados a bancos e imobiliárias, que lucram com o negócio. A estas entidades privadas, como todas as outras que fazem negócio com as necessidades mais básicas das nossas vidas, interessa pouco as condições dxs estudantes. À medida que as rendas sobem, alugar a estudantes, professores e investigadores é cada vez menos apetecível, mesmo com subsídios estatais, e os contratos com a Universidade vão sendo rescindidos, e as residências fechadas. Segundo os SASUL (Serviços de Ação Social da UL), 2016 foi o primeiro ano em que o número de pedidos de acesso a residências foi superior ao número de camas

A terceirização para privados (...) mercantiliza o que deveria ser um direito e põe o lucro à frente dos interesses dxs estudantes



Campanha do Bloco por uma nova política de rendas em casas devolutas na cidade de Lisboa

disponível, com 302 estudantes em Dezembro de 2016 à espera de vagas, cerca de metade bolseirxs. Esta diminuição do número de camas disponíveis não se tem traduzido no investimento atempado na construção ou aquisição de espaços pelas Universidades. Não faz sentido que Universidades em que estudam dezenas de milhares de estudantes de outros pontos do país não tenham a capacidade de providenciar habitação a estxs. Quando consideramos que estudar é um direito básico, considerar outros direitos como habitação desligados deste é absolutamente negligente. É urgente um orçamento para o ensino superior que permita investimento sério em residências estudantis e um esforço concertado das Universidades neste sentido, não a resolução temporária da situação com a terceirização para privados, que mercantiliza o que deveria ser um direito e põe o lucro à frente dos interesses dxs estudantes. As residências estudantis são espaços privilegiados de descoberta e de vivência democrática para muitxs jovens. São estruturas comunitárias que desafiam a atomização que nos é imposta por um sistema que nos aliena propositadamente de quem nos rodeia. Ao longo da História, foram um espaço de contágio de inúmeras heterodoxias revolucionárias e de contestações estudantis que abalaram o mundo. São também a única forma de permitir acesso ao Ensino Superior a pessoas que de outra maneira seriam engolidas pelas lógicas do mercado. Querer habitação para estudantes é querer um ensino inclusivo que tire das mãos das elites o monopólio do conhecimento.

UNIVERSIDADES-FUNDAÇÃO: NÓS DIZEMOS NÃO

Mariana Garrido
Diogo Barbosa

Dez anos depois da aprovação do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, e após as experiências das universidades de Aveiro, Porto, ISCTE e da NOVA de Lisboa, a possibilidade da passagem a Fundação paira agora sobre Coimbra. Estas transformações, contudo, não têm passado sem primeiro enfrentarem contestação e resistência. O RJIES prevê que, caso o desejem, as IES possam funcionar sob um regime de Direito Privado (em alternativa ao atual regime de Direito Público). Essa transformação, que alegadamente oferece a estas instituições autonomia acrescida, traz consigo, no entanto, consequências altamente perversas à preservação do nosso ES público e democrático. O RF faz com que o Estado se demita das suas responsabilidades constitucionais e atribui às universidades o papel de assegurar pelo menos 50% do seu financiamento. Isto leva a: 1) Perpetuação da lógica vigente de subfinanciamento ao ES; 2) Hierarquização das IES segundo as suas capacidades de atração de investimento; 3) Possibilita a contração de empréstimos e abre o perigo inédito de uma universidade entrar em falência. Além disso, numa Universidade-Fundação passa a ser possível fazer-se Contratos Individuais de Trabalho, o que progressivamente substituirá os direitos inerentes às carreiras docentes da função pública por vínculos precários. O que a passagem a Fundação tem de mais grave é, ainda assim, o afastamento dos estudantes, professores e funcionários dos poderes de decisão. Neste regime, as universidades passam a ser geridas fundamentalmente por um Conselho de Curadores, composto por 5 membros externos à instituição e por norma nomeados pelas suas ligações à indústria, banca e finanças. Este é um órgão antidemocrático, sobretudo por não permitir uma gestão

democrática e participada da universidade - como acontece nos atuais Conselhos Gerais, ainda que limitadamente.

O que a passagem a Fundação tem de mais grave é (...) o afastamento dos estudantes, professores e funcionários dos poderes de decisão.

É por todas estas razões que dizemos NÃO à Fundação. Afortunadamente, a luta contra a Fundação trouxe consigo grandes oportunidades de mobilização, constituindo o nicho mais forte de movimento estudantil dos últimos anos. Tal como em 1969, nós, atuais estudantes da UC, escolhemos fazer uso da palavra e rejeitar este ataque à gestão democrática da nossa universidade. Hoje, temos a responsabilidade de repudiar a mercantilização do ES: rejeitamos as constantes ameaças que pairam sobre os mecanismos de Ação Social, bolsas, Residências ou Repúblicas; rejeitamos que cursos menos rentáveis sejam preteridos em favor de outros; recusamos quaisquer aumentos de propinas e emolumentos. Em Coimbra, temos contado com um ambiente de resistência que não passa despercebido: refletiu-se numa forte corrida às eleições ao Conselho Geral; no aparecimento de um Movimento "Não vai ter Fundação"; e, mais recentemente, na criação da Plataforma Anti-Fundação. Estes grupos, acompanhados da imprescindível força do Conselho das Repúblicas, têm levado a cabo debates, manifestações, conversas com membros da comunidade educativa, performances artísticas e demais atividades de contestação à (a)Fundação.

A 19 Abril, cerca de 500 estudantes deliberaram em Assembleia Magna o repúdio à passagem da UC a Fundação. Espera-se assim, que a partir de agora, também a AAC tome ações mais reivindicativas, não apenas pela UC, mas por uma total revisão do RJIES e do que ele representa.

O caminho é longo, mas como cantava Adriano: "Há sempre alguém que resiste, há sempre alguém que diz não".



Manifestação anti-fundação em Coimbra

GUIA PARA UM MUNDO LABORAL SEM DIREITOS

A Precariedade é um sistema laboral que invoca a necessidade de facilitar as contratações por parte dos empregadores para diminuir os encargos com os trabalhadores (por exemplo, com a ausência de contrato de trabalho ou com o fim do contrato sem termo) e facilitando os despedimentos. Num país com uma taxa de desemprego elevada, como é o caso de Portugal, esta situação desprotege e isola particularmente os trabalhadores, que acabam por aceitar condições laborais muitas vezes ilegais por necessidade. Devido a pressão do Bloco e da CDU, o atual governo é o primeiro, nos últimos vinte anos, a ter no seu programa político o combate à precariedade e a reconhecer que esta é um ataque aos trabalhadores – e não um estímulo à contratação por parte das empresas, como argumentaram os anteriores governos. Este é um primeiro passo muitíssimo importante porque desconstrói a narrativa de que a flexibilização dos contratos de trabalho é benéfica e torna o governo permeável às nossas reivindicações de maior proteção laboral.

4 em cada 5 dos novos contratos são a prazo

Mais de 30% dos contratos de trabalho em 2014 eram a prazo

600 mil pessoas deixaram o país entre 2011 e 2015

Como saímos deste sistema?

A precariedade é extremamente eficaz para os patrões, porque coloca os trabalhadores numa posição de necessidade tal que a possibilidade de se organizar acarreta sempre um risco – o despedimento ou a perda dos poucos direitos que têm. As empresas tiram proveito desse medo, não só empregando cada vez mais pessoas a prazo, mas também exigindo mais horas de trabalho e pagando cada vez menos.

Se consideras as condições em que trabalhas injustas, podes organizar-te com colegas que se encontrem na mesma situação que tu e fazer uma exigência coletiva. É uma forma de solidariedade e também de proteção, porque é mais difícil uma empresa despedir ou intimidar um grupo de trabalhadores do que um trabalhador isolado. Nos casos em que a situação é ilegal (por exemplo, se trabalhas mais horas que as previstas no teu contrato), podes fazer queixa à ACT. O apoio dos movimentos que lutam contra a precariedade pode ser muito importante e podem ajudar-te a agir nessas situações. Podes também falar com o sindicato do teu sector, que te poderá aconselhar e em alguns casos providenciar-te advogados.

No entanto, para derrotar a precariedade e conquistar direitos no trabalho é preciso, mais que atuação em casos isolados, uma grande força social. É fundamental juntar forças nas organizações e nos movimentos sociais e exigir com eles o fim deste sistema produtivo e laboral.

Porque é que eu quero um contrato?

Ter um contrato faz toda a diferença. Nem sempre é possível, porque o abuso patronal o nega muitas vezes, obrigando a situações de falsos recibos verdes ou simplesmente a trabalhar “por baixo da mesa.” O contrato de trabalho reconhece os direitos que associamos ao trabalho: à remuneração, a um horário, a férias pagas, e também a poder descontar para ter acesso a uma verdadeira proteção social (no desemprego, na doença, na reforma), em que o patrão paga uma grande parte dos nossos descontos. E, mesmo que seja um contrato a prazo, protege o trabalhador do despedimento arbitrário, além de garantir uma indemnização por caducidade no final. É verdade que o contrato não assegura que se consigam valer os direitos, mas é uma garantia importante e coloca a lei do teu lado.

Como posso aceder ao contrato de trabalho?

Desde 2013, graças a uma iniciativa popular lançada pelos movimentos de precários, há uma lei que ajuda a regularizar as situações de falsos recibos verdes e transformar a precariedade em contrato de trabalho. Se a ACT verificar falso trabalho independente numa inspeção, notifica o empregador para regularizar a situação. Caso o patrão não celebre logo o contrato de trabalho, a situação segue automaticamente para o tribunal, sem que o trabalhador tenha de tomar a iniciativa. A lei deverá ser alterada em breve, por pressão do Bloco e dos movimentos, para abranger também falsos estágios e bolsas, trabalho informal, etc. e para aumentar a proteção do trabalhador durante o processo.

Glossário

ACT – A Autoridade para as Condições do Trabalho é o serviço do Estado que controla o cumprimento das leis laborais e fiscaliza as empresas, realizando inspeções. Não tem âmbito de atuação nas empresas da função pública.

Dica: o site da ACT tem uma secção extensiva de perguntas frequentes onde poderás encontrar informação sobre direitos e deveres dos trabalhadores e serviços do estado: [http://www.act.gov.pt/\(pt-PT\)/Itens/Faqs/Paginas/default.aspx](http://www.act.gov.pt/(pt-PT)/Itens/Faqs/Paginas/default.aspx)

Código de Trabalho – É a legislação que regula os aspectos mais relevantes das relações laborais entre trabalhadores e empresas no âmbito do contrato de trabalho, como direitos e obrigações das duas partes, faltas, férias, baixas médicas, horários, cessação do contrato e remunerações. Apesar da degradação da legislação laboral ao longo das últimas décadas, é aqui que estão previstos alguns dos direitos mais importantes no trabalho.

Contrato de trabalho – Um direito fundamental dos trabalhadores: é o reconhecimento de que a relação laboral é uma relação de poder desigual e que os trabalhadores podem e devem ser protegidos. É legalmente definido como o contrato que obriga uma pessoa a prestar a sua atividade a uma entidade, no âmbito da organização e sob a autoridade desta, em troca de um salário.

Garante direitos como limites de horas de trabalhos, férias pagas, proteção contra despedimentos sem justa causa e o direito a fazer greve.

As lutas dos trabalhadores ao longo do século XX levaram ao reconhecimento pelo Estado da natureza especial do contrato de trabalho, dada a posição desfavorável do trabalhador face à entidade patronal, que a impede de ter liberdade para rejeitar condições injustas dado que necessita do salário para sobreviver. Daí a criação de um regime especial de normas legais que se aplicam ao contrato de trabalho em defesa da posição do trabalhador. Essas normas estão consagradas em diversos diplomas como o Código do Trabalho, a Lei da Greve, a Lei da Higiene e Segurança no Trabalho etc. que hoje derivam de princípios gerais consagrados nos artigos 53º e seguintes da Constituição da República.

Há vários tipos de contratos de trabalho: contrato sem termo, contrato a termo certo, contrato a termo incerto e contrato a tempo parcial são as mais comuns.

Contrato a termo – Está previsto legalmente para as situações em que há necessidades temporárias, como um projeto específico ou substituir um trabalhador provisoriamente. Generalizou-se como uma forma de precariedade à margem da lei, apesar das regras já serem bastante favoráveis aos patrões. O contrato a termo certo pode ser renovado duas vezes e não pode durar mais de 3 anos (18 meses quando se trata do 1º emprego).

O contrato a termo incerto não pode durar mais de seis anos.

Trabalhadores independentes – Trabalham por conta própria, não sendo considerados trabalhadores subordinados. Por esse motivo, não têm de ter um contrato de trabalho – passam recibos verdes, não têm de cumprir um horário ou responder perante uma hierarquia.

Falsos recibos verdes – São uma forma de trabalho precária e ilegal. O trabalhador é oficialmente independente, mas, na realidade, trabalha segundo as ordens da entidade. Ou seja, devia ter um contrato de trabalho, mas o patrão impõe os recibos verdes. Os trabalhadores a falsos recibos verdes não têm quaisquer direitos laborais: à regulação do horário e dos ritmos de trabalho, aos 14 salários anuais ou a férias pagas. Os descontos para a Segurança Social ficam todos por sua conta e a proteção social é muito mais reduzida (no valor e nas situações previstas) e ainda tem de fazer por si a retenção na fonte em sede de IRS.

Desde há alguns anos, devido à mobilização dos movimentos de precários, há uma legislação que facilita a regularização destas situações e protege mais o trabalhador. Se te encontras nesta situação, podes dirigir uma queixa à ACT, que tem o dever de atuar de forma anónima.

IRS – O Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares é um imposto sobre os rendimentos (salários, rendas, rendimentos de capitais, etc.) pago por cada pessoa ou agregado familiar.

Retenção na fonte: acontece quando o IRS do trabalhador é subtraído ao salário pago pela entidade empregadora.

Descontos para a Segurança Social – É uma espécie de “seguro público” dos trabalhadores, que confere o direito a receber subsídios e pensões em caso de necessidade. É pago uma parte pelo trabalhador e uma parte pela entidade patronal – a Taxa Social Única (TSU).

A CIDADE CONTRA O OLIMPO

Ricardo Gouveia

Corre o ano de 2017 e Lisboa é, uma vez mais, eleita a cidade mais cool, o destino turístico da moda, a terra prometida do empreendedorismo, o renascimento “improvável” das cinzas de uma crise profunda. Simultaneamente, o preço da habitação em Lisboa aumentou 37% em quatro anos, cidade onde foram emitidos mais de 35% dos títulos de despejo do Balcão Nacional de Arrendamento entre 2013 e 2014¹ (um nome que é uma piada de mau gosto para um organismo que procura facilitar a expulsão de pessoas das suas casas); onde cerca de 60 novos hotéis terão nascido nos últimos três anos² e 75 novas unidades deverão abrir até ao próximo ano³; onde o sector do imobiliário de luxo tem um impulso acima dos níveis anteriores à crise⁴ e onde, logo às suas portas, inúmeras famílias vêem destruídas as casas onde vivem⁵. Estes são apenas alguns sintomas do fenómeno que arrasa a cidade e metrópole de Lisboa. Que arrasar seja aqui entendido menos como hipérbole do que como memória histórica dos tantos processos de desapropriação das classes trabalhadoras do seu espaço urbano que, ao longo da história, envolveram verdadeira destruição e violência. O urbano, esse lugar de “encontros, confrontos das diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos dos modos de viver, dos “padrões” que coexistem na Cidade” é o centro da análise de Henri Lefebvre, quando este teoriza sobre aquilo a que chamou o Direito à Cidade - que antes de slogan reivindicativo era já um livro.

Encontramo-nos hoje, talvez mais que nos últimos anos, em condições de afirmar a pertinência de Lefebvre, pese embora a distância que temos em relação a essa cidade que explodia de indústria e consumo, que confrontava as ruralidades recém chegadas com as proles amontoadas, em meados de novecentos. É dessa urbanidade - da diversidade e do conhecimento mútuo - que faz falta falar, que é preciso reivindicar. Ela encontra-se sob ataque em Lisboa, onde, à semelhança de tantas outras, a lei, a economia, agentes públicos e privados se articulam para progressivamente expulsar as camadas trabalhadoras do centro, com evidentes consequências para as áreas suburbanas.

Lefebvre resume esta centralidade urbana da cidade capitalista a uma dualidade entre “lugar de consumo e consumo de lugar”. Significa isto que a centralidade capitalista o é em função do consumo, e por ser ela própria objecto dele. A centralidade do valor de troca é medida para todas as coisas, levando a uma hierarquia que cresce em redor do centro e que agrava todos os constrangimentos associados à relação entre espaço e tempo - o lugar onde se vive, a proximidade, custo, qualidade ou frequência das comunicações, acessos, transportes, que encurtam ou aumentam distâncias, que incluem ou excluem comunidades, que aproximam ou afastam pessoas umas das outras, dos seus espaços de trabalho,

de lazer, de reunião, de decisão ou de consumo.

Estes e outros constrangimentos resultantes da relação entre espaço e tempo são, assim, inerentes à própria vida urbana, ao habitar da cidade. Um habitar que, sabemo-lo, ao contrário do sol, não nasce para todos. Em jeito de metáfora, Lefebvre argumenta que **as elites económicas, na verdade, não habitam a cidade, mas sim o Olimpo, um lugar imune às implicações da urbanidade:**

“(…) Andam de palácio em palácio, ou de castelo em castelo; comandam uma armada ou um país de dentro de um iate; estão em toda a parte e em parte alguma. Daí provém a causa da fascinação que exercem sobre as pessoas mergulhadas no quotidiano; eles transcendem a quotidianidade (...)”.

Num tempo de aumento de processos de desapropriação de populações das suas casas e dos seus bairros - alguns mais violentos e periféricos, marcados pelo persistente racismo institucional; outros integrados ou “promovidos” nessa hierarquia radial, novos alvos dos negócios imobiliários - haverá sempre quem coloque o ónus no sujeito que viaja e que procura a nossa cidade; quem sinta como problema os equilíbrios de cores de pele ou de credos; quem, mascarando-se de progresso, exiba uma saudade fabulosa e fetichista de uma identidade “genuinamente portuguesa”, “lisboeta”, “portuense”, entre outros lugares comuns. Cabe assim, a quem se afirma radical, identificar a raiz do problema. A raiz, como não raras vezes, está nas desigualdades profundas que resultam ou se agravam por um planeamento urbano dirigido pelas elites; por um sector imobiliário que desempenha um papel central na precária recomposição da economia e pelo fortalecimento de uma centralidade de consumo e poder que acompanha a descentralização do conflito, da violência e da repressão. **Esta luta sobre e pelo espaço precisa de enfrentar o problema no seu ponto nuclear, disputar os centros urbanos e, simultaneamente, questionar a sua própria condição de centralidade, numa economia capitalista.** Não precisamos de um centro, nem dois, nem três; queremos vários centros e toda a liberdade de circular entre eles; todos os serviços, transportes, saúde, educação e habitação com dignidade em cada um; acesso livre ao espaço onde vivemos e queremos viver; decidir sobre ele e sobre nós.

O Direito à Cidade é uma luta de quem a habita e a sofre integralmente. É, por essa razão, inerentemente de classe. Ele merece assumir o seu lugar ao lado das grandes propostas sobre a saúde, a educação ou a cultura e ser capaz de convocar todas e todos a pensar e reivindicar o poder para decidir e tirar partido dos espaços que partilhamos e que queremos partilhar.

¹<https://www.dinheirovivo.pt/invalidos/rendas-por-pagar-duplicam-despejos/>

²http://www.jornaldenegocios.pt/empresas/imobiliario/detalhe/vao_abrir_mais_40_hotéis_em_lisboa_nos_proximos_dois_anos;

³[http://observador.pt/2017/03/26/vao-nascer-75-novos-hotéis-em-portugal-ate-2018-a-maioria-e-em-lisboa/;](http://observador.pt/2017/03/26/vao-nascer-75-novos-hotéis-em-portugal-ate-2018-a-maioria-e-em-lisboa/)

⁴[http://www.observador.pt/2017/04/09/segmento-de-luxo-no-imobiliario-continuara-a-crescer-este-ano/;](http://www.observador.pt/2017/04/09/segmento-de-luxo-no-imobiliario-continuara-a-crescer-este-ano/)

⁵<https://www.publico.pt/2017/02/07/local/noticia/camara-da-amadora-despeja-familia-com-bebe-no-bairro-6-de-maio-1761154;>

O MURRO DA AUSTERIDADE

Crítica de Rosalina Silva

O drama português “São Jorge” (2016), realizado por Marco Martins e protagonizado por Nuno Lopes, desenrola-se no ano de 2011, ano em que Portugal atravessa uma época de severa austeridade. Com a Troika à porta a ditar as suas regras, os portugueses vivem um aumento profundo do desemprego e a consequente dificuldade em subsistir com rendimentos que são insuficientes.

Jorge, personagem protagonizada por Nuno Lopes, vendo a fábrica em que trabalhava ir à falência e juntando-se ao crescente número de desempregados, sofre na pele a crise. Esta nova realidade entra tempestivamente na sua vida e novas dificuldades o assolam quando se vê impedido de sustentar o seu filho. Aproveitando as consequências económico-sociais da crise instalada em Portugal, começa a trabalhar numa empresa de cobranças difíceis. Jorge, vítima da crise, vê-se obrigado a trabalhar para o mesmo sistema que o oprime e desencadeou a sua nova precária situação de vida. O facto de cobrar dívidas a quem, como ele, sofre com a falta de emprego no país (situação que se extrema pelo recorrer à violência física), adensa o enredo e explora nuances da moral humana.

Os tons negros de todo o filme e o foco na personagem principal envolve o espectador numa luta voraz pela sobrevivência num país que nada parece ter a oferecer ao povo, e que faz com que muitos o abandonem em busca de melhores condições de vida, como disso é exemplo a ex-mulher de Jorge ao qual ainda ama.

Este drama poderia até ser artisticamente agradável de ver se não fosse tão fidedigno à realidade, porém é o que eleva também a nível cinematográfico. Não haverá nenhum português a visualizar este filme que não o sinta profundamente como seu ou não conheça alguém que tenha passado por circunstâncias similares.

O filme terá saído da maior parte das salas de cinemas aquando da publicação deste artigo, porém é uma obra a ver e a rever quando estiver disponível noutras plataformas pois retrata a dureza de um país que ainda apresenta um nível de vida consideravelmente precário (de notar que a taxa de desemprego em 2011 era de 13,8%, tendo baixado para 9,9% no primeiro trimestre de 2017, tendo no entanto uma das taxas mais altas da União Europeia).

ACABAR COM EDDY BELLEGUEULE

Crítica de Constança Portela

“Acabar com Eddy Bellegueule” é um romance autobiográfico sobre crescer entre a pobreza e a homofobia. Eddy é filho de uma família operária pobre e conta a sua infância no norte rural de França nos anos de 1990. Este romance trata a realidade da extrema pobreza de uma forma crua e violenta como só quem a viveu a pode contar. A narrativa começa com Eddy, de 10 anos, a ser violentado na escola primária e descreve-nos o dia-a-dia de uma família e de uma comunidade onde a raiva, a violência masculina e o álcool são a norma.

Desde muito cedo, Bellegueule sempre se expressou de forma diferente. A começar com a gesticulação preponderante e a voz aguda, até à maneira de andar, tudo nele era fora do aceitável aos olhos dos seus pares. A humilhação e a violência física e verbal eram as consequências que este rapaz sofria por não pertencer aos “duros” (palavra descrita no texto como “aqueles que encarnam os valores masculinos” ou seja o próprio conceito de virilidade). No entanto, Eddy tenta, de maneira compulsiva, reprimir tudo o que lhe é natural para corresponder ao que é esperado de si e cada vez que falha exerce no próprio um sentimento de auto culpabilização.

Neste seguimento, a crueldade da sua homofobia internalizada é nos descrita de forma fria e angustiante e não há nada que o prepare para a vergonha e terror que o acompanham todos os dias e possivelmente a toda a hora...

Ao contrário do que muitos poderiam esperar, Édouard nunca culpa os seus pais, colegas ou vizinhos pela sua negligência ou brutalidade. Eles são vistos igualmente como vítimas e como perpetradores. A sua homofobia, misoginia, racismo, vícios e crueldade são invariavelmente descritas como consequências intrínsecas da privação e ignorância. Acabar com Eddy Bellegueule é uma leitura angustiante, um murro no estômago, sendo ao mesmo tempo um testemunho essencial daqueles que mais são marginalizados numa sociedade que os exclui constantemente dos espaços de cultura e de educação. Com uma escrita poderosa, mas simples, este romance vem preencher um espaço há muito vazio na literatura contemporânea falando daqueles que ninguém vê, da violência inscrita em códigos de classe e de meio e da responsabilidade da classe dominante na reprodução destes comportamentos.

BREVES

Dia 14 de abril os jovens e a coordenadora concelhia do Bloco de Esquerda de Chaves promoveram uma conversa que juntou vários/as militantes e simpatizantes do Bloco. A sessão "O que quer o Bloco?", que contou com a participação de Isabel Pires, deputada do Bloco à Assembleia da República, abordou as principais causas que nos unem no Bloco de Esquerda



No passado dia 27 de abril uma centena de estudantes manifestaram-se em Coimbra contra a passagem da universidade de Coimbra a fundação. A convocatória foi assinada por um conjunto alargado de grupos da sociedade civil como associações de estudantes, sindicatos e repúblicas, que se mobilizaram assim contra a desresponsabilização do estado pelo financiamento do ensino superior público e a sua gradual privatização.

No dia 1 de março os camaradas do Algarve juntaram-se na sede do BE de Faro para conversar sobre o impacto da globalização nos ecossistemas e as alternativas de esquerda ecossocialista. A conversa foi apoiada pela exibição do documentário "The Yes Men Fix The Word", sobre o desastre de Bhopal, na Índia em 1984, que vitimou 2 000 pessoas fruto do lançamento para a atmosfera de gases tóxicos pela empresa norte americana Union Carbide.



Um conjunto de Viseenses lançaram uma campanha contra a organização anual de uma garrafeira pela Escola Superior Agrónoma de Viseu (ESAV). A campanha que contesta a organização do evento por usar o sofrimento animal para fins de entretenimento, está a promover uma petição que já conta com mais de um milhão de assinaturas. Também em Viseu o grupo de jovens local promoveu uma almoço-conversa sobre a legalização de drogas leves, com a participação de Izaura Solipa, membro da coordenadora nacional de jovens do BE.

AGENDA

27 de maio

Curso Popular de Economia
Organização: Cultra Lisboa, Biblioteca de Arroios,
9h50 – 17h30

27 de maio

1ª Marcha pelos direitos LGBT de Vila Real Orga-
nização: Catarse Movimento Social Vila Real, Praça
Diogo Cão, 15h

27 e 28 de maio

Inconformação Organização: Coordenadora Nacio-
nal de Jovens do BEPombal, Escola Secundária de
Pombal, 10h

28 de maio

Curso Popular de Economia Organização: Cultra
Lisboa, Biblioteca de Arroios, 9h50 – 17h30

28 de maio

Calendário Desportivo - Primavera Livre de Petróle-
o Peniche, parque da cidade, 10h.

31 de maio

Conferência: "Lisboa cais da Europa": e do rio se fez
cidade com Ana Barata Lisboa, Sala do Conselho da
UACS – Rua Castilho 14 , 18h.

3 de Junho

Homenagem nacional a Alípio de Freitas – Exposição
e conferência Lisboa, Museu do Aljube, 15h.

10 de Junho

Manifestação Anti-nuclear Organização: Movimento
Ibérico Anti-Nuclear (MIA). Madrid, Atocha, 18h.

15 de Junho

Manifestação contra a Extrema Poluição no Rio
Tejo Organização: Movimento Vamos salvar o Tejo.
Lisboa, Assembleia da República, 15h.

17 de Junho

Marcha LGBT
17h, Príncipe Real, Lisboa

1 de Julho

Marcha LGBT
15h, Praça da República, Porto

21 de Junho

Conferência: Associações de classe e intervenção
operária na Lisboa no final do século XIX com Ana
Alcântara Lisboa, Sala do Conselho da UACS, 18h

6 de maio

Lançamento do livro "What's in a name", de Ana
Luísa Amaral, às 17:00, na Biblioteca Municipal
Almeida Garrett, Porto.

7 de maio

As Viagens Impossíveis de Miguel Portas – Lisboa,
São Luiz Teatro Municipal, 17h.

10 de maio

Ciclo de Debates: É a guerra. Mas não tem de ser –
Lisboa, Auditório do Museu do Aljube, 18h.

18 de maio

Dia Internacional dos Museus – Porto (Serralves).

3 de junho

Homenagem nacional a Alípio de Freitas
Exposição e conferência: 3 de Junho, Lisboa, Museu
do Aljube, 15h.

3 de junho

Homenagem nacional a Alípio de Freitas
Concerto: 17 de junho, Fórum Lisboa, 21h30

3 de junho a 4 de julho

Serralves em Festa! - Porto (Serralves).

17 de Junho

Homenagem nacional a Alípio de Freitas - Concer-
to Lisboa, Fórum Lisboa, 21h30

14 a 18 de junho

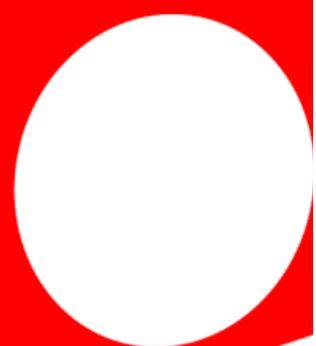
Óprima – Encontro de Teatro do Oprimido e de Ac-
tivismismo, Porto (ACE).

Sessões de poesia – Todas as segundas, no Pinguim
Café, no Porto.

29 de junho a 1 de julho

Congresso Internacional "Espaços Literários e Ter-
ritórios Críticos" – na Faculdade de Letras da Uni-
versidade do Porto (FLUP), Porto.

i n
c o n
f o r
m a
ç ã o



2 6 - 2 8 m a i o

e s c o l a s e c u n d á r i a d e
p o m b a l

d e b a t e s w o r k s h o p s f e s t a r e v o l u ç ã o

i n f o r m a ç õ e s e i n s c r i ç õ e s
e m c n j o v e n s @ b l o c o . o r g